

## ECONOMIA SOLIDÁRIA: DE MOVIMENTO POLÍTICO A POLÍTICA DE ESTADO

*SOLIDARY ECONOMY: FROM A POLITICAL MOVEMENT TO STATE POLITICS*

Gustavo Luis GUTIERREZ<sup>1</sup>

**RESUMO:** este texto procura discutir as características e evolução do movimento político denominado Economia Solidária. Apresenta, para tanto, seus principais sujeitos e defende a idéia de que a Economia Solidária é composta, principalmente, por dois grandes grupos: um de origem sindical e voltado para a autogestão de empresas, e outro que prioriza as ações que podem provocar um impacto positivo junto às parcelas mais carentes da população.

**PALAVRAS-CHAVE:** economia solidária; economia social; autogestão; movimento político; sindicato.

### INTRODUÇÃO

Existem hoje, em português, mais de mil e oitocentos endereços com as palavras *economia solidária* na rede mundial de computadores. Não é muito fácil orientar-se neste mar de informações, sem um referencial teórico apropriado e sem algumas referências iniciais a respeito da história recente do movimento. Grande parte das informações disponível é específica de um grupo, outras são limitadas a algum aspecto e, mesmo as mais sistematizadas, são apresentadas, na maioria das vezes, por pesquisadores engajados no movimento, interessados antes em valorizá-lo e passar uma mensagem otimista do que questionar sua natureza e práticas concretas.

A intenção deste texto é familiarizar o leitor com as principais discussões que deram origem ao movimento da Economia Solidária (ES) e algumas das suas referências históricas e teóricas mais importantes, objetivando facilitar a construção de uma primeira visão minimamente organizada e coerente do todo. De resto, é bom lembrar que a ES, mesmo sendo um elemento importante da realidade brasileira, é muito jovem. Será necessário, portanto, pesquisar mais para conseguir respostas claras e objetivas.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Estudos do Lazer - Faculdade de Educação Física - Unicamp - SP.

## A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A primeira questão que precisa ficar clara é que a ES é um movimento de natureza política. Isto significa dizer que a ES, como as ciências sociais nos ensinam, é composta de militantes, quadros, dirigentes, teóricos e uma doutrina, mais ou menos explícita e coerente, em função de cada caso. Um movimento político tem como objetivo o poder seja através da tomada do Estado, seja através de uma pressão que obrigue o Estado a implementar políticas de acordo com a sua doutrina. Um pesquisador mais próximo de Weber, e do estudo das burocracias, poderia acrescentar que entre os objetivos de um movimento político, também, vamos encontrar os objetivos dos próprios dirigentes do movimento. Objetivos estes que podem ser distintos dos objetivos gerais, a exemplo da busca pela promoção pessoal e pelo acesso privilegiado ao consumo de bens materiais e simbólicos.

A ES surge como algo novo na realidade contemporânea. Da mesma forma que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), vem atuar no campo político da esquerda após as mudanças econômicas e tecnológicas chamadas de globalização, procurando dar respostas a esta transformação e também à derrocada do socialismo real. Entre ambos, contudo, existem diferenças importantes. Em termos bem resumidos, o que eu quero colocar é que o MST possui clareza quanto aos seus objetivos, assim como quanto à estratégia que pretende adotar. Ou seja, o MST aparenta possuir uma coerência doutrinária e prática que não parece estar presente, pelo menos por enquanto, no interior da ES.

O fato da ES tentar apresentar novas respostas em novas condições históricas não quer dizer, contudo, que ela não tenha raízes e antecedentes na realidade mais próxima. Acredito que para compreender sua natureza e ações é essencial ter presente as formas mais atuantes do movimento popular no Brasil, nas últimas décadas: (a) o movimento sindical, principalmente o denominado autêntico ou combativo, tendo a Central Única dos Trabalhadores (CUT) à frente; e (b) as intervenções organizadas junto às parcelas mais pauperizadas, principalmente das populações urbanas, onde vamos encontrar uma articulação entre grupos ligados principalmente à Igreja Católica, com setores do movimento estudantil e partidos de esquerda, a exemplos das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), as Sociedades Amigos de Bairro (SAB's), e ações políticas como o Movimento Contra a Carestia e o Custo de Vida.

Marx desenvolveu um referencial para análise histórica sem dúvida poderoso e instigante. Existem muitos pesquisadores que,

a partir desta escola de pensamento, apresentam interpretações sagazes da evolução econômica e política do capitalismo. Esta sagacidade, contudo, não se encontra presente, com a mesma frequência, na análise das organizações e práticas adotadas no interior da própria esquerda. Este quadro fica agravado, no momento atual, em que há uma falta de renovação de intelectuais no campo da esquerda. Pode ser que, em longo prazo, o desenvolvimento da ES possa vir a ajudar no sentido de uma maior densidade no debate teórico. No momento atual, contudo, ela mais sente as conseqüências da situação do que ajuda a resolvê-la.

As intenções da ES devem ser tratadas com o carinho que merecem, mas também com o espírito crítico que o trabalho acadêmico exige. Há um grupo de pesquisa na Unesp chamado *Organizações e Democracia*, coordenado pelos professores Cândido G. Vieitez e Neusa Maria Dal Ri que vem apresentando pesquisas elucidativas com relação a este tema. No capítulo do livro *Economia Solidária*, intitulado *A economia solidária e o desafio da democratização das relações de trabalho* eles apresentam uma discussão sobre o cooperativismo na atualidade e alguns dos novos sujeitos presentes em seu interior, como a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), ligada ao MST e que tem por objetivo a construção de um cooperativismo alternativo ao modelo econômico capitalista (1999, p. 21), a Confederação de Cooperativas de Trabalho filiada à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (1999, p. 24), o Fórum de Cooperativas Populares que congrega parte das experiências das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) atualmente espalhadas pelo país (1999, p. 26), a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) (1999, p. 28) e o caso da UNIMED (1999, p. 32), enquanto exemplo de complexo empresarial cooperativo. Sujeitos mais recentes como a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), e a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL) não são contemplados no artigo.

O livro foi publicado em 1999, o que significa dizer que os artigos começaram a ser escritos entre um e dois anos antes. Hoje é mais fácil achar informações sobre estes grupos, inclusive porque a maioria deles está mais profissionalizada. Com certeza é possível encontrar material de divulgação, redigido por eles mesmos, entre os mais de mil e oitocentos endereços da rede e computadores. Este processo de profissionalização é uma característica dos movimentos contemporâneos e apresenta alguns aspectos interessantes. A militância, no sentido tradicional, pressupõe o estudo, ações de proselitismo político

e tarefas de organização do movimento. O militante atual, agora chamado de voluntário, acaba sendo ocupado em atividades de trabalho propriamente dito, com o que termina por sacrificar o tempo de estudo. Além disso, a partir do momento em que ele trabalha, é natural que pretenda receber alguma remuneração regular. O desenvolvimento de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, a respeito da qual acabei obtendo bastantes informações, mostrou claramente as conseqüências deste tipo de organização. Com o objetivo declarado de acelerar o processo de formação de quadros, o que antigamente era feito através de longas, e eventualmente tediosas, reuniões de estudo e problematização, foi substituído por um pacote padronizado de cursos, ministrado por uma das organizações que se estabeleceram no campo da ES. O resultado, até o momento, não tem sido excelente.

Em resumo, é preciso ter presente, ao estudar a ES, que não se trata de uma situação ideal imune aos problemas que atingem o resto da sociedade. Neste sentido, convém citar a conclusão do texto de Vieitez e Dal Ri (1999, p. 39):

Acrescente-se ainda que um dos efeitos do ingresso dos trabalhadores do campo, da indústria e dos serviços na economia social consiste em que, com eles, vieram também uma fração de seus ideólogos e dirigentes, os quais, até então, encontravam-se no movimento operário e popular clássico, ou seja, nos movimentos sociais; nos sindicatos, nas comissões de fábrica, nos partidos políticos e em várias outras entidades. Com estes viera também, como se pôde observar, as divisões político-ideológicas que historicamente têm transfixado o movimento operário-popular e, mais recentemente, os próprios movimentos engendrados por certos setores das classes médias, o que se expressa na formação das novas organizações.

## OS ANTECEDENTES

A ES só pode ser compreendida se levarmos em conta os efeitos importantíssimos da derrocada dos países de economia planificada. No prazo de poucos dias, todas as certezas políticas de milhões de pessoas foram simplesmente arrasadas. Passado o impacto inicial, o caminho que se apresentou foi começar a repensar a própria história das lutas da esquerda, procurando as alternativas que tinham sido pouco valorizadas, ou até mesmo rejeitas e perseguidas.

A desarticulação do mundo socialista abriu uma crise político-ideológica no movimento operário-popular até hoje

não resolvida. É possível que, em função disso, as organizações dos trabalhadores, sobretudo os sindicatos, estejam colocando possibilidades de ação que antes ou não eram consideradas ou eram mesmo satanizadas pelas entidades. (VIEITEZ; DAL RI, 2001, p. 144)

Entre as experiências que foram reavaliadas pela esquerda, após a queda do Muro de Berlim, estão: (a) a autogestão, (b) o cooperativismo e (c) o conjunto de propostas denominadas de terceiro setor, economia social e Organizações Não Governamentais (ONG's). Vamos discutir rapidamente estas três questões.

A idéia de autogestão, seja da produção, seja da sociedade política como um todo, evoluiu junto com o nascimento e generalização da sociedade industrial. Tem suas origens em experiências como a Comuna de Paris e os Falanstérios, através de um diálogo com os socialistas utópicos e os anarquistas. Está presente também no início da Revolução Russa e na Ucrânia. Este ciclo, de certa forma, vai se encerrar com a derrota da Catalunha na Guerra Civil Espanhola. A partir deste momento, as discussões e práticas referentes à autogestão vão depender de iniciativas isoladas e de projetos institucionalizados no interior dos países de economia planificada. Após o Maio de Sessenta e Oito em Paris, surgem algumas empresas autogestionárias que se tornaram relativamente conhecidas, como a fábrica de relógios suíça Lip e o jornal francês Liberation. Mais ou menos ao mesmo tempo, Josip Bros Tito implanta na ex-Iugoslávia um projeto de autogestão da produção industrial e agrária. A seguir, a autogestão vai aparecer em diferentes locais e momentos, seja na forma de experiências isoladas ou como proposta política alternativa entre a heterogestão capitalista e o planejamento econômico dos países socialistas. Podemos citar os exemplos da Argélia, dos levantes populares na Hungria e Tcheco-Eslováquia, de Portugal durante a Revolução dos Cravos e, já próximo da queda do Muro de Berlim, da Bulgária. Outra experiência importante de autogestão é a dos *kibutzin*, em Israel. Tentar compreender a natureza e evolução da autogestão é uma questão bastante complexa, e apresenta uma série de aspectos importantes e interessantes. Procurei desenvolver estas análises em outros momentos assim que não me parece produtivo repetir a exposição aqui (GUTIERREZ; 1986,1988,1991,1998).

O que importa destacar é que a autogestão faz referência a uma transformação política da sociedade, de preferência rápida e revolucionária, propondo um modelo de organização fundamentado, de uma forma geral, na prática dos conselhos. Uma das principais

exceções fica por conta da Bulgária onde, no fim da década de 1980, ocorre uma crítica aos conselhos e a busca de outros modelos para a prática da autogestão, provavelmente em função de uma reflexão sobre as deficiências e problemas que ocorreram durante a experiência Iugoslava.

O cooperativismo tem sua origem na Inglaterra, em 1844 com os Pioneiros de Rochdale. Em 1895 é fundada a Aliança Cooperativa Internacional. A doutrina cooperativista é muito mais simples que as discussões a respeito da autogestão. Trata-se, em essência, da organização do trabalho valorizando a cooperação e respeitando o critério fundamental de que cada membro tem direito a um voto. A esquerda tradicional organizada nos partidos comunistas e sindicatos, nunca teve muita simpatia pelas propostas autogestionárias, mesmo assim alguns setores admitiram eventualmente dialogar a respeito. Já com relação ao cooperativismo nunca houve dúvidas. Transformar uma empresa em cooperativa era, para eles, a mesma coisa que trocar um capitalista por milhares deles. O movimento cooperativista independente dessa oposição (ou talvez por causa dela), esteve presente e atuante durante todo o século vinte, embora tenha sofrido processos alternados de expansão e retração. Um dos casos de maior sucesso, muito citado, é o complexo industrial de Mondragón no lado espanhol do país Basco.

Economia Social é a denominação que se dá, na Comunidade Econômica Européia, às empresas autogestionárias que podem estar organizadas na forma de cooperativas ou ainda sob outras denominações, como Sociedades Anônimas Laborais, por exemplo. Todas têm em comum a supremacia do trabalho sobre o capital e a adoção de critérios democráticos de gestão. Constituições como as da Espanha, Itália e Portugal fazem menção explícita à Economia Social e existem legislações específicas que privilegiam as empresas deste setor em concorrência direta com as empresas privadas (GUTIERREZ, 1997, p. 136). Existe uma relação importante entre a Economia Social e a tradição cooperativista européia. A maior diferença talvez esteja no fato da Economia Social se constituir enquanto um grupo mais articulado politicamente, que se apresenta como uma alternativa ao aumento do desemprego gerando renda e trabalho para pessoas que, de outra forma, não conseguiriam permanecer no mercado. O discurso adotado atualmente por parte dos dirigentes da Economia Solidária no Brasil pode soar muito parecido, ou até idêntico, ao da Economia Social européia. É preciso, contudo, tomar cuidado ao fazer este tipo de aproximação. A realidade dos dois contextos é totalmente distinta. Existe

ainda hoje na Europa um sistema de segurança social através do qual estar desempregado na França, ou na Espanha, não tem muita relação com estar desempregado no Brasil. Além disso, o nível médio de escolaridade e de formação profissional do europeu é muito superior à média dos brasileiros. Isto significa dizer que, embora possam estar sendo usadas as mesmas palavras, os discursos não tem necessariamente o mesmo sentido. Com relação à expressão Terceiro Setor, tem sido usada com relativa liberdade mesmo em textos acadêmicos. Faz referência a um setor que não seria nem o público, e nem o privado. O conceito é, evidentemente, muito amplo. Um aspecto que talvez valha a pena citar é a definição de um setor chamado de semi-público, constituído por instalações de propriedade estatal geridas por grupos dotados de uma autonomia relativa, na forma por exemplo de cooperativas. Finalmente, sob a denominação de ONG's vamos encontrar uma tal diversidade de empreendimentos que, pelo menos para mim, é muito difícil chegar a uma definição mais ou menos clara. Creio que um traço distintivo poderia ser a existência de trabalho voluntário, embora se possa encontrar este tipo de vínculo em outras organizações.

#### DECOMPONDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Estes antecedentes colocam em evidência uma troca internacional de idéias e experiências, entre grupos que têm em comum uma insatisfação com relação às formas mais características de organização do trabalho sob a hegemonia do modelo econômico capitalista. É preciso ter claro, contudo, que, se por um lado os teóricos e dirigentes da ES tiveram contato com estas questões, por outro lado, a ES vai se desenvolver a partir da especificidade da realidade histórica e política brasileira. A autogestão, por exemplo, nunca desempenhou por aqui um papel importante nas lutas do movimento operário e popular. As poucas experiências de autogestão que ocorreram foram pontuais e breves, como a descrita por exemplo pelo Frei Betto no seu livro *Batismo de Sangue* (1982, p. 72). O cooperativismo, por sua vez, tem uma presença constante, embora limitada, na economia brasileira, principalmente nos Estados do Sul do país. A idéia do terceiro setor e, em particular, de um setor semi-público conforme definido anteriormente, é muito embrionária e ao que tudo indica não entusiasma muito nenhuma das forças políticas que estão no jogo de tentar controlar o Estado. As ONG's também podem ser consideradas relativamente recentes no cenário brasileiro e pesa sobre elas a diversidade apontada anteriormente.

Existem, contudo, outros sujeitos com forte tradição de atuação política que não estavam, na sua origem, preocupados nem com a autogestão e nem tampouco com o cooperativismo. Os exemplos mais importantes são os sindicatos, tendo a CUT à frente, e as formas de mobilização e organização de populações carentes, principalmente urbanas, ligadas a setores da Igreja Católica, como as antigas CEB's e SAB's. No primeiro caso vamos encontrar uma estrutura bastante profissionalizada de atuação, comprometida com os interesses dos trabalhadores industriais, de serviços e públicos. No segundo caso, a característica principal é o contato com os setores mais pauperizados da população e o engajamento em projetos que possam minimizar os efeitos perversos da miséria. São grupos organizados, herdeiros de uma importante tradição de lutas políticas e com presença no cenário contemporâneo. A incorporação das idéias autogestionárias e cooperativistas, por parte destes grupos, vai ocorrer através da sua própria cultura e história, somando-as, ou até mesmo subordinando-as, às formas que lhes são tradicionais de compreender a realidade e dentro de práticas políticas já consolidadas. Acredito que é neste sentido que deve ser compreendida a observação dos professores Vieitez e Dal Ri, já citada neste artigo, com referência aos ideólogos e dirigentes dos movimentos e as divisões político-ideológicas.

Vamos encontrar, dentro da ES, um setor mais próximo aos sindicatos, preocupado não só com o desemprego, mas também com a retração da representação dos trabalhadores, um fato que vai trazer conseqüências diretas no tamanho e importância das suas organizações. Neste caso, o combate ao desemprego, através da apropriação das idéias da economia social europeia e do cooperativismo, vai se dar em conjunto com o objetivo de preservar a influência, ou a capacidade de mobilização, sobre setores da população que, ou estariam fora do sindicato em função do desemprego, ou estariam desmotivados para colaborar com os sindicatos em função da forte precarização das suas condições de trabalho. Parece importante destacar aqui que, neste processo, é possível que a autogestão e o cooperativismo venham a desempenhar um papel apenas instrumental, no sentido de se constituírem em meios para atingir um outro objetivo, em vez de fins em si mesmos. Este setor da ES já possui algumas formas de ação bem definidas. Uma delas é orientar e auxiliar os trabalhadores de empresas em processo de falência para que obtenham o controle da organização em troca do passivo trabalhista. Outro caminho possível é a obtenção de financiamento público, por exemplo, do BNDES, para empreendimentos coletivos. Como todo o processo é recente, pode ser



que em médio prazo uma ou várias das associações que articulam e representam os trabalhadores destas empresas venham a se distanciar dos sindicatos e criem uma identidade própria específica, ou até antagônica.

Sempre dentro do conjunto de atividades industriais e comerciais, comenta-se ainda que existe um número expressivo e crescente de iniciativas cooperativistas, mais ou menos independentes, espalhadas por todo o território nacional, as quais não se consegue conhecer e avaliar perfeitamente em função, justamente, da dispersão e diversidade. Esta parece ser uma das questões fundamentais para a ES. É provável que a sobrevivência de seus dirigentes e ideólogos dependa de: (a) que este segmento exista de fato e que consiga se expandir no tempo, (b) que seja minimamente significativo, não só enquanto número de pessoas envolvidas, mas também do ponto de vista da atividade econômica, (c) que seja orgânico, isto é, que se identifique com o movimento da ES e que esteja disposto a se articular politicamente com ele e, por último, mas não menos importante, (d) que esteja disposto a contribuir financeiramente com as associações que se estabeleceram enquanto representantes da ES.

O outro grupo, conforme foi aqui definido, seria composto por pessoas que priorizam ações junto às parcelas mais pobres da população, procurando minorar as condições de miséria extrema. Possuem vínculos pessoais ou institucionais com igrejas, em especial a católica, e são herdeiros de uma tradição de movimentos sociais que promovem intervenções desta natureza, no Brasil, há várias décadas. Também aqui, em função da diversidade e dispersão, é difícil construir um panorama mais abrangente. Uma das ações melhor institucionalizada, neste sentido, é o movimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Este projeto, iniciado na COPPE da UFRJ procura mobilizar alunos, professores e funcionários das Universidades para organizar populações carentes em cooperativas que lhes garantam acesso a trabalho e renda. O texto *Ossos do Ofício: Cooperativas Populares em Cena Aberta*, coordenado pelo professor Gonçalo Guimarães e publicado com apoio da Finep, descreve o processo e procura incentivar sua adoção em outros locais. O programa conseguiu expandir-se. Existem hoje ITCP's em diferentes lugares do país, embora eu não tenha conseguido definir precisamente quantas (talvez em torno de vinte), já que a maioria está associada à Rede de Incubadoras, mas existem outras independentes, em função de divergências políticas e/ou doutrinárias e/ou pessoais.

O texto referido apresenta um forte apelo emocional que já pode ser sentido nas primeiras páginas onde, sob o retrato sorridente de uma mulher de meia idade, está escrito:

Personagem histórica em todo o processo de implantação da Incubadora, Dona Divina simboliza o que o projeto tem de mais forte: a simplicidade, a sede de crescer e a certeza de que é possível. Nasceu no Espírito Santo, mas foi criada na Baixada Fluminense, em Duque de Caxias. Ontem, merendeira de um CIEP, hoje presidente da Cooperativa Novo Horizonte. Ontem, tímida e insegura, hoje capaz de sentar-se frente a um plenário de doutores e fazer palestras. Ontem cheia da fé. Hoje com mais fé do que antes. (GUIMARÃES, 1998, p. 14)

Referências à questão da fé, tanto a religiosa como a fé no próprio projeto, são recorrentes, assim como uma postura voluntariosa. Há uma seqüência de três fotos de crianças abraçando-se à frente de uma gravura de Cristo, um texto de Paulo E. Arns (1998, p. 97) e comentários como "Para nosso projeto o salto é fundamental. E para que ele seja dado tem que haver confiança. Tem que acreditar, e essa crença existe" (1998, p.71). Ou ainda, "Uma merendeira, um vidraceiro e um camelô, por exemplo, são hoje dirigentes competentes à frente de empresas bem sucedidas" (1998, p. 25). O apelo ao emocional pode ser percebido também nos títulos de alguns dos artigos como *Protegendo os que Nascem Frágeis*, assinado por Maurício Guedes Pereira (1998, p.32), *Luz Antes do Fim do Túnel*, assinado por Paul Singer (1998, p. 38), ou *A Arte de Aprender a Caminhar*, assinado por Gleyse Peiter (1998, p. 106).

O projeto teve sucesso no que diz respeito a conseguir expandir-se. Não é tão certo, contudo, que as cooperativas incubadas tenham de fato vida própria, já que boa parte delas presta serviços, ou às próprias universidades, ou atuam em programas ligados a Prefeituras e órgãos públicos. Outra crítica que se faz ao projeto diz respeito à eventual substituição de trabalhadores formais, isto é, com carteira assinada, pelos cooperados, o que na visão de alguns sindicalistas constitui um claro retrocesso nas relações de trabalho. Há críticas também com relação ao caráter assistencialista da proposta, que Luiz Pinguelli Rosa procura refutar no texto citado (1998, p. 28). Esta questão da eventual dimensão assistencialista deve ser compreendida dentro do seu próprio contexto. Há uma crítica geral ao assistencialismo em função dos efeitos limitados deste tipo de ação, já que os resultados positivos cessam junto com o fim da intervenção. Há uma crítica específica quando a discussão se dá no interior de um movimento de

cunho político, cujos objetivos são impor ao Estado políticas públicas específicas e participar do governo. Porém, o que mais me chama a atenção no texto é a ligeireza com que a questão organizacional é tratada. O conceito de cooperativismo, somado a algumas noções de gestão de pequenos negócios, é a base a partir da qual os cooperados enfrentarão a concorrência no mercado. São deixadas de lado tanto as experiências conselhistas e o histórico da autogestão, como também as propostas participativas desenvolvidas e implementadas nas formas mais avançadas de capitalismo. É necessário, contudo, alertar o leitor de que eu tenho uma posição muito clara a este respeito, que venho construindo há bastante tempo. Já na minha dissertação de mestrado, de 1983, eu defendia que a dimensão organizacional da autogestão deveria ser encarada como a principal limitação dos projetos existentes. Esta valorização do voluntarismo, assim como a idéia de que a participação no trabalho e a tomada coletiva de decisões são coisas relativamente simples de operacionalizar, na minha opinião, constituem pressupostos bastante perigosos.

Ao desenvolver um modelo teórico explicativo, no campo das ciências humanas, onde sujeitos sociais distintos são agrupados a partir de características fundamentais, é inevitável incorrer em algum grau de reducionismo. A apresentação da ES dividida entre estes dois grupos deve ser compreendida no sentido de um modelo que auxilia a compreensão de uma realidade concreta, por sua vez mais complexa e multifacetada. Ambos os setores apresentam fissuras internas e podem se aproximar, ou aprofundar as divergências, conforme cada conjuntura específica. O ponto em comum é a apropriação de uma idéia bastante simples de cooperativismo que vai ser articulada com: (a) os conceitos da economia social e resquícios da tradição autogestionária, dentro de uma estratégia e dos quadros originais do movimento sindical e (b) práticas e quadros do movimento popular que priorizam tradicionalmente a ação junto aos setores mais pobres das populações, principalmente urbanas.

Neste contexto, a questão da solidariedade não parece cumprir nem um papel fundamental dentro do discurso, e nem tampouco se constituir numa prática fundamental e inovadora com relação ao tipo de cooperativismo implementado. Ou seja, a referência à solidariedade parece mais destinada a tocar o lado emocional dos futuros militantes, e da população em geral, do que cumprir um papel específico na explicação teórica (ou ideológica, conforme o ponto de vista) do movimento.

## FRÁGIL E DIVIDIDO

A ES apresenta, e seus dirigentes sabem muito bem disso, enormes fragilidades. Empresas do setor autogestionário, conforme ilustra o trabalho de Vieitez e Dal Ri sobre organizações ligadas à ANTEAG, “[...] encontram-se defasadas tanto no aspecto tecnológico quanto no da organização dos processos de trabalho” (2001, p. 142). A atual evolução dos processos de produção parece favorecer grandes corporações, colocando as pequenas e médias empresas em condições difíceis de sobrevivência, independente de serem auto ou heterogeridas. Este processo, se por um lado pode aumentar a demanda por serviços de consultoria de alguns dos grupos estabelecidos no campo da ES (em função das falências), por outro lado cria um cenário extremamente desfavorável para a sobrevivência das suas próprias experiências. Do ponto de vista interno às organizações, deve-se levar em conta ainda a complexidade dos processos coletivos de tomada de decisões. A participação dos trabalhadores pode, e deve, aumentar a produtividade, porém não deixa de ser também uma atividade a mais, que vem somar-se ao trabalho normalmente desempenhado na empresa. Ou seja, não parece absurdo perguntar se este setor, cujas empresas se originam muitas vezes do resgate de casos prefalimentares e/ou de falências já decretadas, possui condições mínimas de sobrevivência em médio prazo, sem auxílio estatal.

Quanto ao grande número de experiências de autogestão que estariam ocorrendo, de forma mais ou menos autônoma em todo o país, é necessário, antes de tudo, que sejam encontrados e estudados, nos moldes, por exemplo, da pesquisa que Vieitez e Dal Ri desenvolveram (2001). Só assim será possível chegar a algumas conclusões seguras a respeito de seu verdadeiro impacto econômico e organizacional, no sistema produtivo como um todo.

Quanto ao setor voltado para as intervenções junto às populações mais carentes, as principais limitações já foram apontadas, como o assistencialismo e o risco de estar contribuindo, ainda mais, para a precarização das relações de trabalho. No que diz respeito à dimensão política, entendida como o trabalho de conscientização das populações e a sua preparação para o exercício da cidadania (o que inclui o uso consciente, isto é livre de preconceitos, do próprio corpo), a divulgação de promessas que sabidamente serão muito difíceis de cumprir no interior de um discurso com forte apelo emocional; assim como a incorporação de pessoas próximas, ou integrantes, de igrejas como a católica por exemplo (uma instituição que se declara oficialmente

conservadora, que condena o desenvolvimento científico, práticas contraceptivas, homossexualismo, etc.), são aspectos que apontam para uma tensão que não é recente: qual o limite entre ser popular e ser populista?

Finalmente, é preciso refletir sobre as diferenças entre ser dirigente de um movimento político e ser um gestor de políticas públicas. Está colocada, neste momento, a criação de uma Secretaria de Economia Solidária, junto ao Ministério do Trabalho. Creio que não estou exagerando ao afirmar que, no Brasil, parte significativa dos sujeitos políticos percebem o Estado enquanto um *Estado Provedor*, o que termina aproximando, quando não substituindo, o desenvolvimento de políticas públicas pela pura e simples distribuição de verbas. Neste universo, a ES vai enfrentar alguns desafios adicionais. É razoável imaginar que as divisões internas, entre grupos e facções, se tornem mais profundas e violentas, já que nem todos poderão ser igualmente atendidos. É possível também que, neste mesmo sentido, com o aumento da visibilidade ocorram novas divisões de natureza ideológico e/ou doutrinárias, em função de questões que até o momento estão apenas latentes. O movimento cooperativista, por exemplo, já possuía seus próprios militantes, quadros, dirigentes e doutrina antes do advento da ES. Não parece claro como esta relação de apropriação dos seus princípios vai ser encarada no futuro: é uma aliança que soma forças ou uma usurpação?

Este aumento de visibilidade implica também em que as práticas, e principalmente as contas, da ES poderão tornar-se alvos de denúncias pelos meios de comunicação de massas, com efeitos difíceis de prever, independente de que depois estas denúncias venham, ou não, a serem comprovadas. Um governo eleito tem legitimidade para propor novas políticas. Mas terá, em função da cobrança por um uso racional dos recursos públicos, de provar que suas opções geram mais frutos do que as outras alternativas possíveis. Ou seja, será avaliado por pessoas e instituições para as quais o simples aumento de cooperação entre os homens pode não significar nenhum ganho importante, pelo contrário. Em resumo, o que não faltará para a ES são desafios.

GUTIERREZ, G. L. Solidary economy: from a political movement to State Politics. *Revista ORG & DEMO* (Marília), v.5, n.1, p. 9-22, 2004.

**ABSTRACT:** this work aims to discuss the characteristics and evolution of the political movement named solidary economy. It is also presented its main subjects in order to defend the idea that the solidary economy is composed by two major groups. The first group comes from the unions and it is also involved in the self-management of companies. The second group prioritize the actions that can provoke a positive impact in the socially excluded population.

**KEYWORDS:** solidary economy; social economy; self-management; political movement; union.

## REFERÊNCIAS

- BETTO, F. *Batismo de sangue*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. O processo de trabalho nas fábricas de autogestão. *Revista Organizações e Democracia*. Marília, n. 2, p. 17-28, 2001.
- GUIMARÃES, G. (org.). *Ossos do ofício: cooperativas populares em cena aberta*. Rio de Janeiro: COPPE: FINEP, 1998.
- GUTIERREZ, G. L. Globalização e autogestão: as empresas de economia social na Comunidade Econômica Européia. In DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P. E. A. (Orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GUTIERREZ, G. L. Autogestão e condições modernas de produção: notas para discussão. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, n. 21, p. 9-18, jul./set. 1986.
- GUTIERREZ, G. L. Autogestão de empresas: considerações a respeito de um modelo possível. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, n. 28, p.7-20, abr./jun., 1988.
- GUTIERREZ, G. L. Autogestão, participação, propriedade e salário. *Revista de Administração*. São Paulo, ano 4, n. 26, p. 14-23, out./dez., 1991.
- GUTIERREZ, G. L. Da autogestão à economia social: a concepção de uma nova empresa. *Revista de Administração*. São Paulo, n. 33, p. 68-73, jan./mar., 1998.
- VIEITEZ, C. G. (Org.). *A empresa sem patrão*. Marília: Unesp, 1997.
- VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. A Economia solidária e o desafio da democratização das relações de trabalho no Brasil. In: DAL RI, N. M. (org.). *Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.
- VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. Virtualidades político-sociais das organizações econômicas dos trabalhadores. *Revista Organizações e Democracia*. Marília, n.1, p. 53-70, 2000.
- VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. *Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.